



PARECER UNIFICADO DAS COMISSÕES PERMANENTES

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

Projeto de Lei Ordinária nº 51/2025

Ementa: Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2026/2029 e dá outras providências.

Autoria: Poder Executivo

Distribuído às seguintes Comissões Temáticas: Finanças e Orçamento – CFO;

Data de reunião das Comissões: 2025-12-01

MANIFESTAÇÃO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO - CJR

II - CONCLUSÕES DO RELATOR

Constitucionalidade Formal: O PPA é, por força do art. 165 da CF/88, matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, aplicável simetricamente aos Municípios. O PL nº 51/2025 foi corretamente encaminhado pelo Prefeito. A possibilidade de emendas parlamentares ao PPA é admitida pelo processo legislativo orçamentário, desde que não violem a iniciativa privativa. Em geral, entendem-se válidas as emendas que não criam novos programas ou não desnaturam a estrutura central proposta pelo Executivo, respeitando-se as balizas da LDO e da LRF. Quando a emenda se limita a alterar ações internas de um programa já existente, ou a reorganizar metas e dotações vinculadas, tende a ser considerada formalmente possível. No caso concreto, a Emenda nº 13/2025 não cria um novo programa, mas substitui integralmente o "Programa 0011 – Administração Legislativa", preservando sua existência e reorganizando suas ações. Também propõe a criação de uma ação específica (1001 – Melhorias e Reformas no Prédio da Câmara), vinculada ao programa já existente. Trata-se de emenda apresentada pela Mesa Diretora. Não há vício de iniciativa desde que respeite o equilíbrio fiscal e os limites materiais da legislação orçamentária. A emenda apresentada pela Mesa Diretora mantém a estrutura formal do projeto, sem comprometer o procedimento legislativo, razão pela qual não há inconstitucionalidade material quanto ao rito.

Constitucionalidade Material: A ação incluída, "Melhorias e Reformas no Prédio da Câmara Municipal", está vinculada à competência administrativa do Poder Legislativo Municipal e insere-se legitimamente no planejamento plurianual. O conteúdo é compatível com a autonomia administrativa e financeira do legislativo, previsão constitucional de inclusão de investimentos no PPA para execução plurianual e ausência de violação a princípios constitucionais. Não há criação de despesa obrigatória sem previsão

de custeio nem afronta à LRF no plano estritamente formal. Assim, o projeto e sua emenda são materialmente constitucionais.

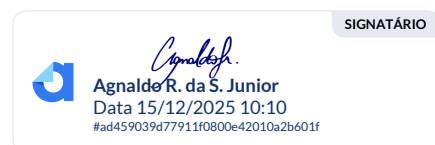
III - DECISÃO DA COMISSÃO

Ante o exposto, a Comissão, por unanimidade de votos, **entende que a matéria é constitucional.**

IV - ASSINATURA



CLEOMAR FARIA GONÇALVES
Presidente



AGNALDO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
Vice-Presidente



EDIVAN CÁSSIO TONELETE
Membro

MANIFESTAÇÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO

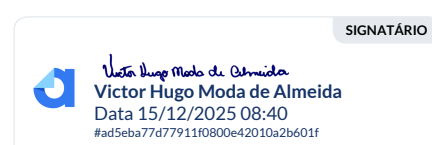
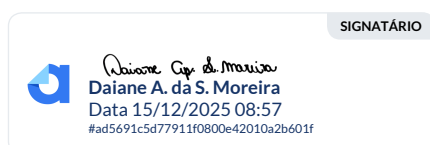
II - CONCLUSÕES DO RELATOR

A Emenda nº 13/2025 reorganiza o Programa 0011 e cria a ação 1001, vinculada ao mesmo programa, redirecionando recursos oriundos da "Ação 2001 – Manutenção das Atividades Legislativas". A própria emenda determina que "as dotações e recursos [...] serão readequados" para contemplar a nova ação. Não há informação de ampliação do valor global do programa. Em nível de PPA, o requisito principal é que a nova ação conste do planejamento plurianual, sem necessidade de detalhamento exaustivo de valores. As metas e custos serão especificados na LDO e na LOA de cada exercício. O PL nº 51/2025 autoriza o Executivo a atualizar indicadores, incluir ou alterar ações para assegurar equilíbrio fiscal. A criação da Ação 1001 não implica violação a essa diretriz, desde que a compatibilização financeira ocorra na elaboração da LOA subsequente. Não há indicação de que a emenda gere desequilíbrio fiscal, crie despesa obrigatória continuada ou comprometa a arrecadação futura. Do ponto de vista financeiro e orçamentário, o projeto e sua respectiva Emenda nº 13/2025 dão compatíveis entre si e com a LDO já aprovada, podendo prosseguir em tramitação.

III - DECISÃO DA COMISSÃO

Ante o exposto, a Comissão, por unanimidade de votos, emana **parecer favorável ao prosseguimento da matéria.**

IV - ASSINATURA

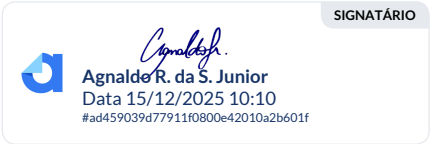


DAIANE APARECIDA DA SILVA MOREIRA

Presidente

VICTOR HUGO MODA DE ALMEIDA

Vice-Presidente



AGNALDO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR

Membro